

Para revigorar o sistema

MARCO AURÉLIO GARCIA

O Brasil enfrenta uma das crises mais graves de sua História republicana. A gravidade do momento decorre menos das dificuldades que afetam nossa economia e de suas conseqüências sociais — ambas consideráveis — do que da falta de credibilidade do Governo e das instituições, desprovidos, aos olhos da sociedade, da legitimidade necessária para superar os atuais impasses.

O espetáculo que hoje oferecemos ao Mundo — paralisia, corrupção, privatização da coisa pública, conservadorismo exacerbado — tem conseqüências sérias, provocando frustrações e um sentimento de lassidão social. Quantos não estarão se perguntando se valeram a pena tantos sacrifícios nos difíceis anos da resistência ao regime militar, ou as mobilizações pelas eleições diretas em 84, ou as esperanças depositadas na Nova República saída do Colégio Eleitoral, ou as ilusões com o Cruzado e finalmente o voto no PMDB?

Tanto ceticismo e frustração acumulados têm implicações negativas para o futuro da democracia no Brasil e explicam por que os mais desesperançados chegam a olhar nostálgicos para um passado que está em boa parte na raiz das dificuldades atuais.

Mas o que está fracassando atual-

mente não é a democracia brasileira. Ao contrário: do que nos ressentimos é da falta de instituições democráticas estáveis, modernas, progressistas, capazes de dar conta das novas dinâmicas sociais surgidas nestes dez últimos anos no Brasil e, ao mesmo tempo, de oferecer um quadro dentro do qual deverão ser enfrentados os graves problemas que afetam a maioria esmagadora de nossa sociedade.

Continuamos vivendo um "sursis" democrático em nome de uma interminável "transição" que dura desde 1974. Trata-se de processo de transformismo político, que permitiu que o Presidente da "Nova República" fosse nada mais nada menos do que o máximo dirigente do partido de sustentação da ditadura militar, ou que arenistas e pedessistas de ontem tenham invadido o ex-partido da resistência ao regime autoritário.

Os designios conservadores destes "protagonistas" da transição podem ser observados na forma como se comportam no debate constitucional: postura frente à questão agrária que arrisca a nos levar a definições institucionais mais à direita do que o Estatuto da Terra; histeria frente a algumas mudanças no mundo do trabalho muito aquém do que já existe na maioria da América Latina; tentativa de desacreditar e desestabilizar a Constituinte pelo pouco que ela até agora produziu de reforma social e institucional. Um ex-Ministro do STF, nomeado por um General-Presidente e conivente com o arbítrio mi-

litar, não hesita hoje em denunciar corajosamente a "tirania da Constituinte".

É diante deste quadro, e como única forma de enfrentar democraticamente a atual crise, que se coloca a necessidade imperiosa de convocação imediata de eleições gerais para 1988.

Em primeiro lugar para que seja escolhido um Presidente pelo povo, pois o atual é o único biônico existente no País. Em segundo lugar, para que se corrijam distorções presentes na convocação da atual Constituinte, que deveria ter sido exclusiva. Encerrados seus trabalhos, nada melhor do que colocar os mandatos à disposição do povo, que poderá manifestar-se sobre o desempenho de seus deputados e senadores em questão tão crucial.

Finalmente, eleições gerais no próximo ano poderão corrigir as distorções do último pleito, dominado pelo abuso do poder econômico público e privado, e pela mistificação de um Plano Cruzado já falido e sustentado artificialmente para garantir a vitória das forças governistas.

Eleições não podem ser confundidas com panacéias, mas elas podem dar a nosso sistema político o vigor que ele está perdendo dia a dia.

Marco Aurélio Garcia é professor do Departamento de História da Universidade de Campinas, onde dirige o Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social.

Tentativa de golpe

ALMINO AFFONSO

O País outra vez se debate numa crise profunda. O mais grave, porém, não é a crise em si mesma, emaranhada em causas econômicas e sociais. O dramático é a ausência do comando. É o barco à deriva.

Sob o pretexto de encontrar uma saída política, o Deputado Delfim Netto vem defendendo a realização de eleições gerais em 1988, de Presidente da República a vereadores. No mesmo tom, o matutino "O Estado de S. Paulo", em longo editorial (27/10/87), sustenta a tese da ilegitimidade da ordem política vigente e, em decorrência, a necessidade de devolver ao povo, através de eleições gerais, a reorganização política do País.

O Deputado Delfim Netto não nos diz a fórmula da convocação eleitoral. Ao fim e ao cabo, deve lembrar-se que há mandatos em plena vigência, nascidos da vontade popular. A exceção de prefeitos e vereadores, cargos para os quais já há renovação fixada para o ano próximo, tudo o mais são mandatos que se prolongam até março de 1991, inclusive no caso do próprio Presidente José Sarney.

Pode-se pensar que à Assembléia Nacional Constituinte, no exercício de sua soberania, caiba a tarefa degoladora. Admita-se, em termos teóricos, que seus poderes são ilimitados. Mas é óbvio que a Constituinte, condicionada pelas próprias forças políticas que a integram, está inibida para fazê-lo.

Analisemos a questão cruamente. A que título o PMDB (depois de receber nas urnas uma vitória sem precedentes em nossa História) abrirá mão da hegemonia de que dispõe no Congresso Nacional e do comando político em 22 Estados da Federação? Tão só para dar uma nova oportunidade aos derrotados de ontem?

À primeira vista, esse é o objetivo real da tese do ilustre servidor do regime autoritário. Em artigo recente ("Folha de S. Paulo", 04/11/87), ele alega que o triunfo do PMDB não foi legítimo: "Não se trata aqui de um inconformismo com o direito da maioria de governar, mas sim de reconhecer que tal maioria foi construída por meios fraudulentos".

A fraude (segundo declarações do Sr. Delfim Netto à imprensa) teria sido a campanha eleitoral realizada no clima de esperanças que o Plano Cruzado despertou em todos nós.

Vendo o reverso da medalha, pode-se dizer que se ela se desse agora, no quadro de frustrações que se está vivendo, a sua legitimidade seria inquestionável?

A seguir nessa linha, logo mais surgirá um politólogo prescrevendo que as eleições se realizem num período "neutro", cientificamente definido, onde o povo (longe da euforia e da amargura) vote segundo uma racionalidade fria...

É claro que estou brincando com o raciocínio. Na verdade, o que querem os defensores de eleições gerais em 1988 é criar o impasse, aprofundando a crise, e tornar inviável o avanço democrático. Como não haverá renúncias coletivas, nem forma institucional para cassar os mandatos, a solução que esperam empreñar há de ser pela violência. Vale dizer, através de um golpe de Estado.

Seria de rir, se não fosse trágico. Mais uma vez, em nome do aperfeiçoamento democrático, estão tramando o golpe. A proposta de eleições gerais em 1988 chama-se golpismo.

Almino Affonso é Vice-Governador de São Paulo e suplente de senador pelo PMDB.